

**SUPERANDO BARREIRAS: A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
OVERCOMING BARRIERS: THE EDUCATION OF CHILDREN
WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.2-58

Jéssica Melo da Silva Santos ¹

RESUMO

Este artigo aborda os desafios e métodos de ensino-aprendizagem no processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é um transtorno neurológico que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, exigindo adaptações específicas nas abordagens educacionais. O processo de alfabetização dessas crianças é único e desafiador, requerendo a compreensão das suas necessidades individuais, além da colaboração entre família, terapeutas e educadores para um aprendizado eficaz. A pesquisa identifica que os principais desafios enfrentados pelos professores incluem a necessidade de adaptação dos métodos de ensino convencionais, considerando as particularidades de cada aluno, e a utilização de estratégias alternativas que favoreçam a participação ativa desses estudantes. Além disso, destaca a importância de recursos visuais, tecnologias assistivas e abordagens multimodais como meios para garantir uma aprendizagem acessível. O artigo também ressalta a escassez de capacitação docente e a falta de infraestrutura nas escolas, que dificultam a inclusão efetiva dos alunos autistas. A pesquisa enfatiza que, apesar das dificuldades, a alfabetização de alunos com TEA não deve ser vista como uma impossibilidade de aprendizagem, mas sim como uma oportunidade de personalização do processo educativo, visando à integração plena dos alunos na sociedade. A Lei 12.764/2012 é mencionada como um instrumento que garante os direitos dos indivíduos com TEA e sua plena participação na comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino-aprendizagem. Transtorno de Espectro Autista. Alfabetização.

ABSTRACT

This article addresses the challenges and teaching-learning methods in the literacy process of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). ASD is a neurological disorder that affects communication, social interaction, and behavior, requiring specific adaptations in educational approaches. The literacy process for these children is unique and challenging, requiring an understanding of their individual needs, as well as collaboration between family, therapists, and educators for effective learning. The research identifies that the main challenges faced by teachers include the need to adapt conventional teaching methods, taking into account each student's particularities, and the use of alternative strategies that promote the active participation of these students. Additionally, it highlights the importance of visual resources, assistive technologies, and multimodal approaches as means to ensure accessible learning. The article also emphasizes the lack of teacher training and insufficient infrastructure in schools, which hinder the effective inclusion of autistic students. The research emphasizes that, despite the difficulties, the literacy of students with ASD should not be seen as an impossibility of learning, but rather as an opportunity to personalize the educational process, aiming for the full integration of students into society. Law 12.764/2012 is mentioned as an instrument that guarantees the rights of individuals with ASD and their full participation in the school community.

KEYWORDS: Teaching-learning. Autism Spectrum Disorder. Literacy.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes. Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana. E-MAIL: educadora.jessi@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/1521961664929142

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), também conhecido como autismo, consiste em um grupo de condições neurológicas que afetam o desenvolvimento infantil e persistem ao longo da vida de uma pessoa. O termo “espectro” é usado porque o autismo abrange uma ampla variedade de características e níveis de gravidade, variando de leve a severo, e afeta cada indivíduo de maneira única (Montenegro et al., 2018).

Crianças, adolescentes e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem apresentar diferentes características na linguagem e comunicação social, e comportamentos (APA, 2014). Devido às características particulares que variam de cada pessoa autista, o processo de aprendizagem desses indivíduos requer adaptações metodológicas que transponham os tradicionais métodos de ensino (França; Ribeiro & Pereira, 2023).

O processo de alfabetização de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma jornada única e desafiadora, mas também repleta de oportunidades para crescimento e desenvolvimento. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio neurológico que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento da criança, o que pode tornar o processo de aprendizagem da leitura e escrita um pouco diferente em comparação com crianças neurotípicas (França; Ribeiro & Pereira, 2023).

No entanto, com o apoio adequado, estratégias adaptadas e uma abordagem individualizada, crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem alcançar sucesso na alfabetização e desbloquear um mundo de conhecimento e comunicação.

A alfabetização de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer a compreensão de suas necessidades individuais, preferências e estilos de aprendizagem. Isso pode envolver a adaptação de métodos tradicionais de ensino para atender às

necessidades sensoriais, de comunicação e de processamento da criança. Além disso, o envolvimento da família, terapeutas e educadores é fundamental para criar um ambiente de apoio que promova o aprendizado e a independência da criança.

É importante lembrar que cada criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é única, e o ritmo de aprendizado pode variar amplamente. A paciência, a flexibilidade e a empatia desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento da alfabetização. À medida que a criança progride, a alfabetização não é apenas uma habilidade acadêmica, mas também uma ferramenta essencial para a expressão, a comunicação e a participação na sociedade.

EXPOSIÇÃO DO PROBLEMA

O processo de alfabetização de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é contínuo como seria com qualquer outra criança, porém deve-se ter em mente que crianças autistas possuem dificuldades no processo das relações sociais, afetando assim a comunicação, seja por meio da comunicação verbal ou não verbal interferindo no processo de aprendizagem/alfabetização.

Nesse contexto, o processo de alfabetização de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) acontece de forma conjunta. Segundo Perotti (2016), a participação da família, profissionais especializados no tratamento terapêutico de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), tais como fonoaudiólogos, terapeutas, psicólogos e a equipe escolar especializada conseguem elaborar intervenções que são estruturadas especificamente para cada criança, resultando em um melhor desenvolvimento.

À medida que a criança vai se desenvolvendo, novas estratégias vão sendo traçadas, seguindo as necessidades de estimulação para proporcionar o melhor desempenho das habilidades que envolvem a aprendizagem escolar. Desse modo, é necessário

compreender os desafios para que crianças e jovens sejam alfabetizados. Os desafios encontrados para ensinar alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) são diversos. A falta de capacitação de professores, recursos e infraestrutura das escolas são uns dos problemas mais discutidos nos últimos tempos.

Estudos realizados por Montalvão e Freitas (2012) ressaltam que a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) se configura como um desafio significativo para os professores. Este desafio decorre do fato de que o processo de alfabetização pressupõe uma participação ativa do aluno, uma interação que, para crianças com TEA, pode ser mais complexa. Entretanto, as dificuldades observadas não indicam uma incapacidade de aprendizado, mas sim a necessidade de os educadores encontrarem abordagens alternativas para viabilizar o processo de aprendizagem.

Conforme as observações de Shibukawa e Capellini (2013), o processo de alfabetização desempenha um papel fundamental na capacidade do indivíduo de se integrar à sociedade. A linguagem escrita representa um conjunto de signos socialmente convencionados, essenciais para a transmissão de ideias e pontos de vista. A alfabetização, portanto, habilita o indivíduo a analisar criticamente diversas interações sociais, possibilitando uma compreensão reflexiva da realidade e a capacidade de atuar na transformação dessa realidade.

Assim, a alfabetização de alunos com TEA emerge como um desafio significativo para os educadores, demandando a busca por estratégias alternativas que permitam uma interação mais efetiva no processo de aprendizado. A superação dessas barreiras não apenas viabiliza a aquisição da linguagem escrita, mas também potencializa a capacidade de compreensão crítica da realidade, propiciando aos indivíduos com TEA a oportunidade de se integrarem de forma mais plena e ativa na sociedade.

JUSTIFICATIVA

Segundo Barreto (2021) a inserção de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares enfrenta uma gama diversificada de desafios. Grande parte das instituições públicas no Brasil não está adequadamente equipada para receber e atender às necessidades específicas dos alunos autistas. Isso requer investimentos não apenas na estrutura física das escolas, mas também na formação contínua e inicial dos professores e profissionais da educação, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para garantir um ambiente propício à aprendizagem desses estudantes.

Além da escassez de capacitação docente, as práticas tradicionais de ensino da alfabetização, que frequentemente se baseiam em repetição e cópia de palavras e frases, relegam o aluno a um papel passivo no processo educativo. Nesse contexto, observa-se a ausência de diagnósticos clínicos precoces emitidos por profissionais de saúde, o que dificulta a inclusão efetiva dos alunos autistas nas instituições educacionais. A falta de comunicação efetiva entre as escolas e as famílias desses alunos também representa um desafio significativo, afetando o suporte necessário para um ambiente educacional inclusivo e adequado às necessidades individuais de cada criança com TEA (Barreto, 2021).

Nessa perspectiva surge o interesse em desenvolver esse estudo está atrelado à compreensão de que o processo de ensino-aprendizagem em crianças autistas requer uma diversidade de recursos e métodos, pois é preciso buscar diferentes práticas e metodologias para que essas crianças possam obter bons resultados em seu desenvolvimento. Dessa forma, esta pesquisa se volta ao processo de alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o que representa um grande desafio para os professores, pois no processo de alfabetização pressupõe-se que deva ter uma participação ativa do aluno. Todavia, é mais difícil acontecer uma interação para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), cabendo observar que

estas dificuldades não indicam que tais crianças não são capazes de aprender, mas indicam que os professores precisam encontrar outro caminho para que o aprendizado aconteça.

OBJETIVO GERAL

Investigar os desafios e métodos de ensino-aprendizagem na alfabetização de crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA).

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/HIPÓTESE

Considerando os pressupostos apresentados, formulou-se como questão de pesquisa: Quais os desafios e métodos estão sendo adotados por professores para o processo de alfabetização de alunos com Transtorno Espectro Autista?

Como resposta a questão de pesquisa, entendemos a complexidade do processo de alfabetização em alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), acredita-se que os desafios enfrentados pelos professores nesse contexto incluem a necessidade de adaptação de métodos convencionais de ensino, a individualização do processo de aprendizagem de acordo com as características específicas de cada aluno autista e a implementação de estratégias que promovam a inclusão e a participação ativa desses estudantes na sala de aula.

Supõe-se que os métodos adotados pelos professores podem envolver abordagens multimodais, recursos visuais e tecnologias assistivas, visando proporcionar um ambiente de aprendizagem mais acessível e eficaz para alunos com TEA durante a alfabetização. Portanto, é sugerido que os educadores enfrentam a necessidade de conciliar abordagens tradicionais com estratégias inovadoras e personalizadas para atender às necessidades específicas de alunos autistas durante o processo de aquisição da leitura e escrita.

MARCO TEÓRICO

Nesta seção, serão abordados temas essenciais para a compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e sua relação com a educação. Inicialmente, é apresentada uma definição detalhada do TEA, bem como suas principais características. Em seguida, discutiremos a inserção de alunos com TEA nas escolas, destacando os desafios e as estratégias de inclusão escolar. Falaremos atenção se volta para a alfabetização de crianças com TEA, começando com uma visão geral do processo de alfabetização e depois aprofundando-se nas especificidades da alfabetização dessas crianças. Por fim, abordaremos a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que visa promover uma sociedade sem exclusão, garantindo os direitos das pessoas com TEA e sua plena participação na comunidade escolar e na sociedade em geral.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A palavra autismo foi utilizada pela primeira vez em 1911, por Bleuler, para designar a perda de contato com a realidade e conseqüente dificuldade ou impossibilidade de comunicação (Brasil, 2010).

Silva e Vinãs (2020), destaca que

Autismo, ou transtorno do espectro do autismo (TEA, ou do inglês ASD, Autism Spectrum Disorder), refere-se a uma ampla gama de condições caracterizadas por desafios com habilidades sociais, comportamentos repetitivos, fala e comunicação não verbal. De acordo com o Centers for Disease Control, o autismo afeta cerca de 1 em 54 crianças nos Estados Unidos hoje (Silva; Vinãs, 2020, p. 9).

Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008) consideram que o autismo foi determinado por Kanner, em 1943, como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo,

sendo uma condição com características peculiares e específicas, não respondendo a estímulos externos, apresentando desconfortos em relações afetivas, solidão extrema, comportamento repetitivos e sequenciais, dificuldade com a linguagem e comunicação, potencial cognitivo, aparência normal e sua predominância está no sexo masculino, mas também é manifestado em mulheres.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como um “distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando dificuldade nas dimensões sociocomunicativa e comportamental” (Schmidt, 2013, p.13). Essa condição neurológica, geralmente, aparece nos três primeiros anos de vida. Além disso, afeta o desenvolvimento normal do cérebro relacionado às habilidades sociais e de comunicação.

Como Silva, Frighetto e Santos (2013, p.1) afirmam:

a criança com autismo têm dificuldade em interagir com as outras pessoas, mudanças de rotina e de expressar suas necessidades. Onde não tem medo de perigos, apresentam pouco contato visual, sendo que não respondem a ordens verbais, sendo que ao invés de se expressar verbalmente, usam-se gestos ou sinais. O diagnóstico do autista se dá pela observação do comportamento da criança, pois nos dias atuais não existem testes específicos para sua comprovação. O autismo se compreende por uma síndrome complexa; com as buscas de alcançar resultados melhores no trabalho com autista, deve-se o tratamento ter uma equipe multidisciplinar, tendo em seu quadro profissionais de psiquiatria, fonoaudiologia, psicologia, neurologia, psicopedagogia e demais da área de saúde.

De acordo com Schmidt et al. (2016, p. 223), trata-se de um

[...] conjunto de transtornos neurodesenvolvimentos de causas orgânicas, caracterizado por dificuldades

de interação e comunicação que podem vir associadas a alterações sensoriais, comportamentos estereotipados e/ou interesses restritos. Sua manifestação é muito diversa e seus sinais, embora comumente presentes na infância, podem surgir somente quando as demandas sociais extrapolarem os limites de suas capacidades.

Ao longo do tempo, os conceitos sobre o autismo foram passando por alterações, sendo reconhecido como um distúrbio relacionado ao desenvolvimento humano, tendo seus estudos aprofundados por mais de 60 anos (Maia et al., 2019). Em um desses estudos, o órgão responsável pela Classificação Internacional de Doenças - CID-10 (2000) concluiu que o termo autismo, como um transtorno global do desenvolvimento, é caracterizado por: desenvolvimento anormal, sendo manifestado antes da idade de três anos; dificuldades nas interações sociais e comunicação; comportamento focalizado e repetitivo, sendo acompanhado por outras manifestações, como fobia, perturbações no sono ou na alimentação, crises de agressividade e auto agressividade.

Analisando a complexidade e a amplitude das manifestações do transtorno, em 2013, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – V) reavaliou as definições e denominou de Transtorno do Espectro Autista (TEA), tratando-se de um transtorno de desenvolvimento que pode levar a severos comprometimentos de comunicação social e comportamentos restritivos e repetitivos (American Psychiatric Association, 2014).

As manifestações variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade do indivíduo. As causas ainda são estudadas, pois cada indivíduo possui uma particularidade, contudo, Maia et al. (2019) apontam que já é possível identificar alterações genéticas que podem acarretar o desenvolvimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem desafiado a ciência em seu reconhecimento, origem e tratamento devido ao aumento dos casos no mundo. No Brasil tem aumentado significativamente em mais de seis milhões de brasileiros (Paiva Júnior, 2021). Dados do *Center of Diseases Control and Prevention*, órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, apontam que existe um autista a cada 110 pessoas (MAIA et al, 2019).

Nesse sentido, inúmeros estudos, trabalhos e pesquisas são realizados, buscando informações, além de alternativas de tratamentos e estratégias de inclusão para que crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) possam ser alfabetizadas. Diante do exposto, a seguir será discorrido sobre a alfabetização de crianças com TEA.

De acordo com o (DSM-V):

O transtorno do espectro autista é um novo transtorno que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação do DSM-IV. Ele é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades (APA, 2014, p.809 apud Silva; Oliveira, 2018, p. 130).

DSM – V destaca que pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo apresentam as seguintes características:

- A - Deficiências persistentes na comunicação e interação social: 1. Limitação na reciprocidade social e emocional; 2. Limitação nos comportamentos de comunicação não verbal utilizados para interação social; 3. Limitação em iniciar, manter e entender relacionamentos, variando de dificuldades com adaptação de comportamento para se ajustar as diversas situações sociais.
- B - Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou

atividades, manifestadas pelo menos por dois dos seguintes aspectos observados ou pela história clínica: 1. Movimentos repetitivos e estereotipados no uso de objetos ou fala; 2. Insistência nas mesmas coisas, aderência inflexível às rotinas ou padrões ritualísticos de comportamentos verbais e não verbais; 3. Interesses restritos que são anormais na intensidade e foco; 4. Hiper ou hiporreativo a estímulos sensoriais do ambiente.

C - Os sintomas devem estar presentes nas 13 primeiras etapas do desenvolvimento. Eles podem não estar totalmente manifestos até que a demanda social exceder suas capacidades ou podem ficar mascarados por algumas estratégias de aprendizado ao longo da vida.

D - Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo nas áreas social, ocupacional ou outras áreas importantes de funcionamento atual do paciente. E esses distúrbios não são melhores explicados por deficiência cognitiva ou atraso global do desenvolvimento (APA, 2013, apud Brito, 2017, p. 12 e13).

Os autores Rodrigues, Oliveira e Dandrea (2013) destacam que

Um transtorno com influência genética, causado por defeitos em partes do cérebro, como o corpo caloso (que faz a comunicação entre os dois hemisférios), a amígdala (que tem funções ligadas ao comportamento social e emocional) e o cerebelo (parte mais anterior dos hemisférios cerebrais, os lobos frontais) (Rodrigues; Oliveira; Dandrea, 2013, p. 2).

Esses aspectos neurobiológicos, conforme enfatizado por Rodrigues, Oliveira e Dandrea (2013), estão associados a um transtorno que possui influência genética e é caracterizado por defeitos em partes específicas do cérebro. Dentre essas áreas, destaca-se o corpo caloso, responsável pela comunicação entre os dois hemisférios cerebrais, a amígdala, cujas funções estão relacionadas ao comportamento social e

emocional, e o cerebelo, situado na porção anterior dos hemisférios cerebrais, especialmente nos lobos frontais.

A interconexão e o funcionamento adequado dessas regiões cerebrais desempenham um papel crucial no processamento de informações sensoriais, na regulação emocional e nas interações sociais. Defeitos ou irregularidades nessas áreas podem impactar significativamente a forma como indivíduos com TEA percebem e reagem ao mundo ao seu redor, influenciando diretamente em suas habilidades de comunicação, interação social e comportamento emocional (Rodrigues; Oliveira; Dandrea, 2013).

Vale destacar que alguns estudos, indicam que há componentes genéticos na origem do Transtorno do Espectro Autista. Há quem pense que todo autista é igual, mas estão equivocados, pois o autismo é um espectro, ou seja, autistas são diferentes uns dos outros, cada um tem sua especificidade. Nesse sentido, Silva e Vinãs (2020), destaca que

Sabemos que não existe um autismo, mas muitos subtipos, a maioria influenciados por uma combinação de fatores genéticos e ambientais. Como o autismo é um transtorno do espectro, cada pessoa com autismo tem um conjunto distinto de pontos fortes e desafios. As maneiras pelas quais as pessoas com autismo aprendem, pensam e resolvem problemas podem variar de altamente qualificadas a severamente desafiadas. Algumas pessoas com ASD podem exigir suporte significativo em suas vidas diárias, enquanto outras podem precisar de menos suporte e, em alguns casos, vivem de forma totalmente independente (Silva; Vinãs, 2020, p. 9).

Portanto, compreender esses aspectos neurobiológicos é fundamental para uma abordagem mais abrangente e eficaz no suporte e na adaptação dos ambientes educacionais e sociais às necessidades específicas das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

A INSERÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NAS ESCOLAS

A inserção de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares enfrenta uma gama diversificada de desafios. Grande parte das instituições públicas no Brasil não está adequadamente equipada para receber e atender às necessidades específicas dos alunos autistas. Isso requer investimentos não apenas na estrutura física das escolas, mas também na formação contínua e inicial dos professores e profissionais da educação, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para garantir um ambiente propício à aprendizagem desses estudantes.

Além da escassez de capacitação docente, as práticas tradicionais de ensino da alfabetização, que frequentemente se baseiam em repetição e cópia de palavras e frases, relegam o aluno a um papel passivo no processo educativo. Nesse contexto, observa-se a ausência de diagnósticos clínicos precoces emitidos por profissionais de saúde, o que dificulta a inclusão efetiva dos alunos autistas nas instituições educacionais. A falta de comunicação efetiva entre as escolas e as famílias desses alunos também representa um desafio significativo, afetando o suporte necessário para um ambiente educacional inclusivo e adequado às necessidades individuais de cada criança com TEA.

De acordo com documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p. 15) destaca-se que “a educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação”.

Dentro do espectro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), destaca-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos, independentemente de raça, origem, sexo, cor, idade ou

qualquer outra forma de discriminação, proporcionou avanços significativos rumo à inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

A Declaração de Salamanca (1994), promovida pela UNESCO durante um evento na Espanha, desempenha um papel crucial na área da Educação Especial. Esta declaração foi fundamentada na crença de que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Brasil, 1994, p.01).

A inclusão educacional foi estabelecida com o propósito de assegurar o direito à educação para todos, promovendo a participação e aprendizado sem discriminação. Ao longo do tempo, passou por diversas mudanças e evoluções.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que abrange todos os níveis e etapas educacionais. Seu foco está no ensino como um todo e no ambiente escolar, não se restringindo à deficiência de cada aluno. Seu objetivo é garantir a participação plena

de todos os alunos no ensino regular, promovendo um ambiente inclusivo que valorize a convivência e o aprendizado conjunto.

Essa abordagem visa não apenas à integração dos alunos com necessidades especiais no ambiente escolar, mas também à valorização da diversidade e ao reconhecimento das potencialidades individuais de cada estudante. Ao criar um ambiente inclusivo, a Educação Especial busca não apenas minimizar barreiras e adaptar métodos pedagógicos, mas também fomentar a colaboração entre todos os alunos, independentemente de suas diferenças (Teodoro, Godinho, Hachimine, 2016)

Segundo Teodoro, Godinho, Hachimine (2016) o desenvolvimento da inclusão educacional também implica a promoção de práticas pedagógicas que possam atender às necessidades variadas dos estudantes, incluindo métodos diferenciados de ensino, recursos adaptativos e estratégias que promovam a participação plena de todos os alunos no contexto escolar. Isso requer não só a adequação do ambiente físico, mas também a capacitação dos profissionais da educação, garantindo que cada aluno receba o suporte necessário para seu desenvolvimento educacional e social.

Assim, o avanço contínuo da Educação Especial e da inclusão educacional visa não apenas garantir o acesso à educação, mas também criar um ambiente que celebre a diversidade, promovendo a igualdade de oportunidades e o crescimento integral de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Essa abordagem inclusiva não se limita apenas ao ambiente escolar, mas se estende para além dos muros da escola, influenciando a sociedade como um todo. Ao promover a valorização da diversidade e a aceitação das diferenças, a Educação Especial e a inclusão educacional ajudam a construir uma cultura de respeito, empatia e inclusão em todas as esferas da vida.

Ao reconhecer e atender às necessidades individuais de cada aluno, independentemente de suas capacidades ou desafios, a educação inclusiva não apenas prepara os estudantes para alcançarem seu pleno

potencial acadêmico, mas também os capacita a se tornarem cidadãos ativos, participativos e compassivos em uma sociedade diversificada. Portanto, o avanço contínuo da Educação Especial e da inclusão educacional é fundamental não apenas para a realização pessoal de cada aluno, mas também para a construção de um mundo mais justo, inclusivo e compassivo para todos. É um compromisso comum que transcende fronteiras e diferenças, unindo-nos na missão de criar um futuro melhor para as gerações vindouras.

SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização é um processo de aprendizagem significativo para qualquer indivíduo, sendo indispensável para todos que fazem parte de uma sociedade (Bruno, 2016). Trata-se do processo de aprendizado e desenvolvimento das habilidades necessárias para ler e escrever, enquanto um marco importante na educação de uma pessoa e representa a base do domínio da linguagem escrita.

É amplamente reconhecido na área educacional que a alfabetização é crucial para o desenvolvimento acadêmico contínuo dos estudantes. Se esse processo não é conduzido adequadamente, as repercussões podem ser sérias e, em alguns casos, irreversíveis, afetando todo o percurso escolar. Por essa razão, há um constante investimento nos primeiros anos de ensino por parte dos sistemas governamentais, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Embora já se observem avanços decorrentes desses investimentos, ainda há muito a ser feito para garantir o pleno alcance dos objetivos de alfabetização das crianças.

Soares (2003) defende que a alfabetização compreende não apenas a aquisição da técnica de escrita, leitura e compreensão da relação entre grafemas e fonemas, mas também a familiarização com os variados instrumentos de escrita. Portanto, trata-se de um processo que transcende a mera decodificação de letras e sílabas.

A alfabetização envolve não apenas a capacidade de reconhecer e decodificar letras e palavras, mas também a compreensão do significado das palavras e a habilidade de usá-las para se comunicar de forma eficaz (Bruno, 2016).

Como Freire afirma, “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (Freire, 1989, p. 48). Nesse sentido, a alfabetização é uma habilidade fundamental que desempenha um papel crucial em quase todos os aspectos da vida de um indivíduo. Sendo necessária para o sucesso na educação, no mercado de trabalho e na participação plena na sociedade.

A aprendizagem da alfabetização geralmente começa na primeira infância, quando as crianças começam a explorar letras, sons e palavras. Esse processo continua ao longo da educação formal e ao longo da vida, à medida que as habilidades de leitura e escrita são aprimoradas e aplicadas em diversas situações.

Segundo Paulo Freire, a alfabetização deve ser compreendida não apenas como a aquisição de habilidades de leitura e escrita, mas como um meio para a emancipação e a conscientização das pessoas. Para referido autor, a educação poderia ser uma ferramenta poderosa para superar a opressão e a injustiça social. Freire enfatizava a ideia de que a alfabetização não se limita apenas à leitura da palavra escrita, mas também à “leitura do mundo”, o que implicava em compreender as estruturas sociais, econômicas e políticas que moldam suas vidas (Freire, 2014).

Nessa perspectiva, o ato de alfabetizar vai além do simples decifrar de letras e palavras. Envolve uma análise crítica da realidade, possibilitando aos indivíduos compreenderem o contexto em que estão inseridos. Freire propôs um método de ensino baseado no diálogo e na problematização, no qual os educandos não são apenas receptores passivos do conhecimento, mas são incentivados a questionar, refletir e agir sobre sua própria realidade (Belintane, 2006).

A abordagem de Freire ressalta a importância de uma educação libertadora, capaz de empoderar os alunos para que se tornem agentes de transformação social. Ele acreditava que a alfabetização não deveria ser um processo desvinculado da realidade vivida pelas pessoas, mas sim uma ferramenta para a conscientização, permitindo que elas participem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Bordignon, 2017).

Assim, Bordignon (2017) destaca que a alfabetização, sob a ótica freiriana, transcende os aspectos meramente técnicos da leitura e escrita, sendo uma via para a libertação e para a capacitação das pessoas para que exerçam sua cidadania de forma plena e crítica, transformando não apenas suas próprias vidas, mas também o contexto social em que estão inseridas.

A alfabetização é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento educacional e social de um país. No Brasil, ao longo de sua história, a trajetória desse processo tem sido marcada por avanços significativos, porém também por desafios persistentes (Belintane, 2006).

Durante décadas, a alfabetização foi um desafio enfrentado por muitos brasileiros devido a questões estruturais, como a falta de acesso à educação de qualidade, a desigualdade socioeconômica e a falta de políticas públicas eficazes. Historicamente, a taxa de analfabetismo no país era alta, afetando milhões de pessoas e contribuindo para a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social (Silva, 2007).

No entanto, ao longo dos anos, o Brasil implementou diversas iniciativas e programas voltados para a melhoria da alfabetização. O surgimento de políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e programas como o "Programa Brasil Alfabetizado" e o "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa" representaram esforços significativos para combater o analfabetismo e promover a educação básica de qualidade.

Apesar dos avanços, o país ainda enfrenta desafios consideráveis. A qualidade do ensino, a formação de professores, a infraestrutura das escolas e a inclusão de tecnologias no processo de alfabetização continuam sendo áreas que demandam atenção e investimento contínuo. A diversidade cultural e social do Brasil também se reflete nos desafios da alfabetização. As diferenças regionais, as particularidades linguísticas e culturais, bem como as desigualdades econômicas, impactam diretamente a eficácia das estratégias de alfabetização em diferentes partes do país (Barbosa, 1999).

Além disso, a era digital trouxe novos desafios e oportunidades para a alfabetização, exigindo uma adaptação constante das metodologias de ensino para incluir habilidades digitais essenciais.

A alfabetização no Brasil é um processo em constante desenvolvimento, que demanda não apenas políticas públicas eficazes, mas também o engajamento de toda a sociedade, incluindo famílias, escolas, comunidades e o setor privado, para garantir que cada indivíduo tenha acesso a uma educação de qualidade e possa exercer plenamente sua cidadania (Silva, 2007).

É fundamental que sejam mantidos esforços contínuos para aprimorar a educação básica, garantir a universalização da alfabetização e promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, visando assim um futuro mais justo e próspero para o país.

No sentido ainda mais amplo que o de Magda Soares, acima descrito, a UNESCO descreve alfabetização como:

[...] conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação; em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas, a maioria mulheres, que não têm a oportunidade de aprender (...) a Alfabetização tem também o papel de promover a participação em

atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida (UNESCO, 1999, p. 23).

No âmbito ainda mais abrangente delineado por Magda Soares, a UNESCO define a alfabetização como um conhecimento fundamental e essencial para todos em um mundo em constante transformação. Nesse sentido amplo, trata-se de um direito humano primordial. A habilidade de alfabetização é crucial em todas as esferas da sociedade, não só como uma habilidade essencial por si só, mas também como um dos alicerces para o desenvolvimento de outras competências. Muitos milhões de indivíduos, especialmente mulheres, são privados da oportunidade de adquirir esse conhecimento fundamental. Além de sua importância intrínseca, a alfabetização desempenha um papel vital ao promover a participação nas esferas sociais, econômicas, políticas e culturais.

ALFABETIZAÇÃO EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O processo de alfabetização de uma criança com Transtorno Espectro Autista (TEA) é complexo como seria com qualquer outra criança, seu diferencial está nas características que cada criança autista possui como suas relações sociais, a comunicação verbal ou não verbal o que interferem no seu processo de aprendizagem/alfabetização.

Shibukawa e Capellini (2013) constatam que o processo de alfabetização é essencial para que o indivíduo possa viver em sociedade, pois a comunicação linguística constitui-se por signos convencionados socialmente, que serão utilizados para transmitir uma ideia ou um ponto de vista.

O principal desafio enfrentado pelo movimento inclusivo reside em despertar o interesse coletivo da sociedade pela valorização da diversidade, visando

superar as barreiras discriminatórias. Nesse contexto, as estratégias voltadas para alunos com autismo demandam uma reflexão profunda por parte dos educadores sobre o que desejamos, podemos e almejamos ensinar. Diante das particularidades e potenciais desses alunos, é crucial estabelecer uma abordagem metodológica que se baseie no entendimento prévio de suas dificuldades e habilidades, visando promover seu aprendizado (Silva; Gaiato; Reveles, 2012).

A legitimidade da inclusão social reside na escola, muitas vezes sendo o único espaço de acesso ao conhecimento para muitos alunos. Este ambiente é fundamental para seu desenvolvimento e para se tornarem cidadãos, com uma identidade sociocultural que lhes garanta oportunidades significativas e uma vida digna. É imprescindível que o ensino seja construído com respeito à diversidade das pessoas, permitindo uma aprendizagem mútua, enriquecida pelos conhecimentos individuais em prol do crescimento interpessoal.

A capacidade de aprendizado desses indivíduos está diretamente ligada à motivação para aprender, fomentada não apenas pelos professores, mas por todos os envolvidos em suas vidas, facilitando a aquisição de novas habilidades cognitivas essenciais para sua jornada escolar, independentemente de suas necessidades ou capacidades específicas.

O desenvolvimento de crianças autistas na escola é um processo que requer muita atenção e cuidado, pois representa mudanças na rotina desses indivíduos. Antes da criança com TEA ser alfabetizada, ela necessita aprender a ficar sentada, permanecer na sala de aula, reconhecer e distinguir letras, marcar as iguais e as diferentes, sendo está um pré-requisito para começar a aquisição da leitura e da escrita (Silva; Gaiato; Reveles, 2012).

Entender o processo de alfabetização para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é de suma importância, uma vez que essas crianças frequentemente demandam estratégias específicas e um

ambiente adaptado para alcançarem o aprendizado efetivo. Conforme ressaltado por Shibukawa e Capellini (2013), a alfabetização é uma etapa crucial para a integração do indivíduo na sociedade, uma vez que a linguagem é essencial para a comunicação e interação social.

O desenvolvimento de crianças autistas no ambiente escolar requer uma abordagem cuidadosa e personalizada, pois a adaptação às novas rotinas e a compreensão das convenções sociais são passos que podem demandar um tempo diferenciado. Antes mesmo de adentrar no processo de alfabetização, há uma série de habilidades preliminares que necessitam ser trabalhadas.

Como mencionado por Silva, Gaiato e Reveles (2012), a criança com TEA muitas vezes precisa aprender a se sentar, permanecer na sala de aula, identificar e diferenciar letras, além de compreender conceitos básicos como identificar semelhanças e diferenças. Estes são pré-requisitos fundamentais para iniciar a jornada de leitura e escrita.

Nesse contexto, Serra (2018) destaca que os educadores desempenham um papel crucial, adaptando metodologias e estratégias que atendam às necessidades específicas de cada criança com TEA. É essencial criar um ambiente inclusivo, oferecer suporte individualizado e utilizar abordagens pedagógicas que levem em consideração as particularidades e potencialidades de cada aluno, garantindo assim uma alfabetização mais eficaz e inclusiva para todos.

Ao tratar desse assunto, é necessário destacar que existe uma ampla diferença de características que cada criança com esse diagnóstico e que os processos de alfabetização são diferentes para cada um deles e podem existir distintas etapas. Conforme Serra (2018),

A primeira etapa diz respeito a conhecer quem é seu personagem, quem é esse aluno e quais são as suas características, a fim de entender se já é possível iniciar o processo ou não. Em alguns casos, já se

pode entrar com o trabalho vendo os fonemas de imediato, mas em outros tem que se percorrer um longo caminho, construindo uma história até chegar na fase onde vai ser possível decodificar a leitura (Serra, 2018, p.2).

Desse modo, pode-se constatar que é necessário que o professor conheça quais são as habilidades possíveis de serem trabalhadas com a criança e suas limitações, para que possa atender as necessidades e contribua no desenvolvimento deste indivíduo. Como já destacado, uma das principais características de crianças com TEA é a comunicação e a linguagem, dois elementos que são fundamentais para a alfabetização (Barbosa; França, 2020).

Isso significa que antes de mais nada, para alfabetizar, é preciso desenvolver esses precursores de linguagem, fazendo com que aquilo que não aconteceu naturalmente, aconteça de uma forma artificial por meio de um acompanhamento terapêutico. Desse modo, é fundamental fazer uma avaliação detalhada e fidedigna para que a Intervenção e as atividades sejam mais assertivas e apropriadas para as necessidades da criança. O trabalho no TEA envolve sempre o resgate do desenvolvimento, da afetividade e da interação social para que as demais áreas possam ser desenvolvidas (Serra, 2018, p.5).

O processo de alfabetização em crianças com TEA pode efetivamente contribuir para a vivência de novas experiências, aprendizagens e comportamentos. Um ponto que não se deve deixar de citar é o vínculo entre o professor, escola e a família é de extrema importância, seja para trocas de informações, ajustes de estratégias ou sugestões e maneiras para desenvolver as atividades pedagógicas (Oliveira De Queiroz, 2021).

De acordo com Santos e Araújo (2018):

[...] o processo de alfabetização é algo complexo e que deve ser contextualizado e problematizado juntamente com as

crianças, partindo da realidade em que o aluno está inserido, ou seja, o de leitura do mundo no qual os autores denominam de letramento, já o processo de decodificação de sons e sílabas, muitos autores defendem como alfabetização, em sentido restrito (Santos; Araújo, 2018, p. 02).

Essa abordagem ampliada do processo de alfabetização vai além da simples aquisição das habilidades de decodificação e compreensão da língua escrita. O letramento incorpora não apenas a capacidade de ler e escrever, mas também a compreensão crítica do contexto social, cultural e político em que essas habilidades são aplicadas. Isso significa que a alfabetização não deve ser vista apenas como um conjunto de técnicas para decifrar letras e palavras, mas como um processo que envolve a interação do sujeito com a linguagem escrita em diferentes situações do cotidiano (Oliveira De Queiroz, 2021).

Nesse sentido, a visão de letramento traz uma perspectiva mais abrangente e inclusiva, considerando as múltiplas linguagens presentes na sociedade contemporânea, como as tecnologias digitais, a comunicação visual e outras formas de expressão. A compreensão dessas diferentes linguagens é essencial para a plena participação dos indivíduos na sociedade e no mundo do trabalho.

Dessa forma, a abordagem proposta por Santos e Araújo (2018) ressalta a importância de se pensar a alfabetização não apenas como um processo de aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, mas como um conjunto de práticas sociais que possibilitam aos indivíduos a participação ativa e crítica na construção do conhecimento e na vida em sociedade. Essa perspectiva ampliada do letramento é essencial para uma educação mais inclusiva e emancipadora.

Destacamos ainda, a importância de o professor manter uma parceria com a família, pois o diálogo com a família favorece compreender as limitações, as afinidades das crianças as quais contribuirão para

facilitar o processo de aprendizagem delas. Destacamos ainda que

[...] o processo de alfabetização é algo complexo e que deve ser contextualizado e problematizado juntamente com as crianças, partindo da realidade em que o aluno está inserido, ou seja, o de leitura do mundo no qual os autores denominam de letramento, já o processo de decodificação de sons e sílabas, muitos autores defendem como alfabetização, em sentido restrito (Santos; Araújo, 2018, p. 02).

Desse modo, enfatizamos o processo de alfabetização como algo importante e essencial na vida de todo ser humano, especialmente das crianças com autismo. Ao reconhecer a complexidade e a individualidade desse processo, podemos adotar abordagens mais inclusivas e eficazes, garantindo que todas as crianças tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades de leitura e escrita de maneira significativa e satisfatória (Oliveira De Queiroz, 2021).

Ao considerar as especificidades das crianças com autismo, é fundamental adotar estratégias pedagógicas que levem em conta suas necessidades e potenciais. Isso inclui a utilização de métodos de ensino adaptados, materiais didáticos sensoriais e visuais, e a criação de um ambiente de aprendizagem estruturado e previsível. Além disso, a parceria entre escola, professores e famílias desempenha um papel crucial no apoio ao desenvolvimento da alfabetização das crianças com autismo. O compartilhamento de informações, experiências e estratégias entre os membros da equipe educacional e os pais pode enriquecer significativamente o processo de aprendizagem e promover melhores resultados (Santos; Araújo, 2018).

É importante também reconhecer e valorizar os progressos e conquistas de cada criança, independentemente de quão pequenos possam parecer. Celebrar os sucessos, por menores que sejam, ajuda a construir a autoestima e a motivação da criança, incentivando-a a continuar avançando em sua jornada de

aprendizagem. Portanto, ao trabalhar em conjunto, escolas, professores, famílias e comunidade podem criar um ambiente de apoio e inclusão que permita que todas as crianças, incluindo aquelas com autismo, alcancem seu pleno potencial na alfabetização e além, contribuindo para seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional de forma significativa.

LEI 12.764 / 27 DE DEZEMBRO DE 2012 POR UMA SOCIEDADE SEM EXCLUSÃO

Em 27 de dezembro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.764, que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, produzindo incidências no ramo político, científico, educacional e pedagógico.

No art. 3º da lei, afirma que são direitos da pessoa com TEA,

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 12.764/12).

A Lei nº 12.764/2012 representa um avanço significativo no contexto social, pois equipara os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) aos das pessoas com outras deficiências, fortalecendo os princípios estabelecidos na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), a

qual foi ratificada pelo Brasil como emenda à Constituição Federal.

Com essa legislação que garante tais direitos, a presença de um aluno com autismo em uma sala de aula implica em reflexão e instiga mudanças na abordagem educacional. Isso demanda a quebra de paradigmas e ressalta a necessidade de reavaliar a cultura de inclusão e o papel da escola na formação cidadã. Preparar-se para receber e educar esses alunos exige aprofundamento de conceitos e a adoção de novas perspectivas no cenário Educacional (Monção & Persch, 2023).

A Lei 12.764, sancionada em 2012, estabelece diretrizes para a oferta de atenção integral às pessoas com TEA, definindo a necessidade de serviços de saúde que ofereçam diagnóstico precoce, intervenção precoce e apoio integral ao longo da vida dessas pessoas. Além disso, reforça a importância da inclusão desses indivíduos na sociedade, garantindo acesso à educação e promovendo a sua participação em todos os aspectos da vida comunitária (Brasil, 2012).

Uma das conquistas mais significativas dessa lei é a garantia do atendimento especializado e a defesa dos direitos das pessoas com autismo, estabelecendo a obrigação do Estado e da sociedade em assegurar condições adequadas para o pleno desenvolvimento desses indivíduos.

Além disso, a Lei Berenice Piana estimula a conscientização da sociedade em relação ao TEA, visando a eliminação de preconceitos e a promoção da inclusão social. Ela também contribui para aprimorar políticas públicas voltadas para essa parcela da população, incentivando a criação de programas específicos e o desenvolvimento de estratégias que proporcionem melhor qualidade de vida aos autistas.

Em suma, a Lei nº 12.764 é um marco fundamental na promoção dos direitos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Brasil, constituindo-se como um instrumento legal que busca garantir sua plena participação e inclusão na sociedade (Brasil, 2012).

Por meio da Lei nº 12.764, também conhecida como Lei Berenice Piana, o Estado e a sociedade assumem a responsabilidade de garantir condições adequadas para o pleno desenvolvimento das pessoas com TEA. Isso inclui o acesso a serviços de saúde especializados, educação inclusiva, oportunidades de emprego e participação em atividades comunitárias.

Além disso, a Lei contribui para sensibilizar a sociedade sobre as necessidades e potenciais das pessoas com autismo, visando à eliminação de barreiras e à promoção da inclusão social. Ao reconhecer e respeitar a diversidade, a sociedade avança em direção a uma cultura mais inclusiva e justa, na qual todos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Portanto, a Lei nº 12.764 representa um passo significativo na construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva, na qual as pessoas com TEA possam viver com dignidade, respeito e oportunidades iguais. Seu impacto abrange não apenas as questões legais, mas também culturais, sociais e educacionais, promovendo uma mudança positiva e duradoura na vida das pessoas com autismo e suas famílias.

DESAFIOS E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS

Segundo Penteadó (2023), a alfabetização representa um marco crucial no desenvolvimento educacional de todas as crianças. Contudo, para aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse processo pode ser desafiador e requer abordagens específicas. Por isso, é fundamental explorar os obstáculos enfrentados e as perspectivas para a alfabetização dessas crianças.

A diversidade dentro do espectro do TEA constitui um dos maiores desafios, pois abrange uma ampla gama de habilidades e dificuldades. Algumas crianças podem demonstrar habilidades excepcionais em áreas específicas, enquanto outras enfrentam sérias dificuldades de comunicação e interação social, o que afeta diretamente o processo de aprendizagem da leitura e escrita (Praxedes; Carvalho, 2021).

Além disso, os comportamentos repetitivos e restritos, comuns no TEA, podem dificultar a participação da criança nas atividades de alfabetização de maneira convencional. Nesse contexto, os educadores têm o desafio de ajustar suas estratégias para atender às necessidades únicas de cada criança, garantindo sua participação ativa no processo de aprendizagem (Praxedes; Carvalho, 2021).

Outro obstáculo relevante é a necessidade de recursos e apoios adequados, como programas de intervenção precoce, uso de tecnologias assistivas e a formação de equipes multidisciplinares capacitadas para oferecer suporte especializado durante o processo de alfabetização (Penteadó, 2023).

Apesar dos desafios, existem perspectivas positivas para a alfabetização de crianças com TEA. O avanço na compreensão do transtorno e o aprimoramento das práticas educacionais inclusivas têm gerado maior conscientização e apoio. A colaboração entre pais, educadores, profissionais de saúde e pesquisadores tem sido essencial para identificar e aplicar estratégias eficazes de ensino. A comunidade educacional e a sociedade em geral precisam investir em recursos e capacitação para garantir a inclusão e o sucesso educacional dessas crianças. Ao enfrentar esses desafios com determinação, é possível criar um ambiente escolar mais inclusivo e proporcionar oportunidades de aprendizado igualitárias para todos, independentemente de suas características individuais (Penteadó, 2023).

Jesuíno (2020) enfatiza que para a criança com autismo, o trabalho educacional deve ser cuidadosamente estruturado para proporcionar uma aprendizagem significativa e inclusiva. Conforme Penteadó (2023) observa, as crianças com TEA desempenham uma dupla função ao frequentarem a escola, com valor terapêutico: por um lado, a escola oferece oportunidades de interação social, e, por outro, a criança se envolve no processo de aprendizagem da

leitura e escrita, promovendo uma reorganização do entendimento dos valores simbólicos.

De acordo com Jesuíno (2020), o sucesso da aprendizagem de pessoas com deficiência, incluindo as com TEA, está relacionado à exploração de seus talentos, habilidades e predisposições naturais. Assim, adotar uma abordagem pedagógica ativa, dialógica e interativa, que reconheça e valorize as diferenças individuais, é essencial. O papel do professor nesse processo é crucial, pois ele deve fornecer ferramentas, como leitura e escrita, que auxiliem as crianças com TEA a se expressarem dentro do ambiente educacional. Embora o educador não precise ser especialista no transtorno, é fundamental que trate cada aluno com atenção, ajudando-o a encontrar sua própria voz.

Miranda et al. (2020) destacam que a prática da escrita alfabética é particularmente eficaz para a escolarização de crianças com TEA, pois possibilita a reorganização do campo simbólico da criança, permitindo-lhe expressar-se de maneira mais eficaz. O planejamento educacional deve, portanto, envolver os alunos ativamente, levando em conta seus limites e interesses, e promovendo interações significativas, seja por gestos, palavras ou movimentos, para que a aprendizagem ocorra de forma mais eficaz.

Pereira (2023) aborda os desafios enfrentados pelos profissionais da educação em relação às condições físicas e recursos didáticos para trabalhar com crianças com TEA. A pesquisa revela as dificuldades de uma professora com um aluno chamado Paulo, que possui TEA. A situação ilustra a realidade de muitos educadores, que se veem despreparados ou enfrentam dificuldades devido à falta de recursos e apoios adequados para atender às necessidades específicas dessas crianças. A pesquisa reforça a importância de investir na capacitação profissional, no fornecimento de materiais adaptados e em estruturas físicas acessíveis para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

Montalvão e Freitas (2021) destacam a importância de não rotular os alunos, mas sim entender

suas características e necessidades individuais, especialmente no caso das crianças com TEA. Reconhecer que o TEA se manifesta de maneiras variadas é essencial, pois cada criança apresenta formas únicas de aprender e se desenvolver. A alfabetização, como uma conquista importante, proporciona a base para a autonomia e inclusão social dessas crianças. Contudo, esse processo apresenta um desafio significativo para os professores.

A interação ativa dos alunos é vital, mas pode ser mais difícil de alcançar para crianças com TEA, que enfrentam dificuldades de comunicação e interação. Essas dificuldades não são indicativos de incapacidade de aprender, mas sim da necessidade de os professores adotarem abordagens alternativas e adaptadas para promover o aprendizado dessas crianças (Montalvão; Freitas, 2021).

Neste sentido, Montalvão e Freitas (2021) sugerem o uso de recursos tecnológicos para criar planos de atividades individuais que possam apoiar a alfabetização de crianças com TEA. Essa abordagem destaca a importância de os professores estarem dispostos a explorar novas metodologias e recursos, mesmo que isso pareça desafiador no início. O contínuo aprendizado e atualização dos educadores são essenciais para promover a verdadeira inclusão, autonomia e aprendizagem de todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consideração final, é possível afirmar que a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio significativo, mas também uma oportunidade valiosa para promover uma educação mais inclusiva e personalizada. O reconhecimento das especificidades do TEA e a adaptação das práticas pedagógicas são essenciais para garantir que essas crianças recebam o suporte necessário para desenvolver suas habilidades cognitivas e sociais, alcançando seu pleno potencial.

Avanços nas pesquisas e a integração de tecnologias assistivas têm ampliado as possibilidades de ensino, permitindo a implementação de métodos inovadores que respeitam as diferenças individuais dos alunos. Contudo, o sucesso desse processo depende também da formação contínua dos educadores, que devem ser capacitados para lidar com as particularidades do TEA, e de uma colaboração eficaz entre profissionais da educação, saúde e família.

É imperativo que a sociedade como um todo, especialmente o ambiente educacional, se comprometa com a inclusão real, proporcionando recursos adequados, um ambiente acolhedor e estratégias personalizadas para cada criança. A inclusão de crianças com TEA no sistema educacional não deve ser apenas uma obrigação, mas uma oportunidade de promover uma educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade e proporcionando a cada criança a chance de desenvolver seu potencial em um ambiente de apoio e compreensão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Margarete Ferreira et al. O processo de alfabetização da criança com o Transtorno do Espectro Autista na escola regular. **Educação e Pesquisa**, 2019.
- BALOG, Lívia Campos; RIBEIRO, Luiz Ricardo Gonzaga. LetRA: Realidade Aumentada aplicada na alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. **XIX SBGames**, p. 795-797, 2020.
- BARBOSA, Gabriele Fernanda Cordeiro; FRANÇA, Gustavo Thayllon. Processo de alfabetização de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo. **Caderno Intersaberes**, v. 9, n. 18, 2020.
- BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e leitura. **Cadernos de Pesquisa**, n. 75, p. 87-87, 1990.
- BELINTANE, Claudemir. Leitura e alfabetização no Brasil: uma busca para além da polarização. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 02, p. 261-277, 2006.
- BORDIGNON, Lorita Helena Campanholo; PAIM, Marilane Maria Wolff. Alfabetização no Brasil: um pouco de história. **Educação e Pesquisa**, 2017.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, p. 2-2, 2012.
- CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; SHIBUKAWA, Priscila Hikaru Shibukawa; DE OLIVEIRA RINALDO, Simone Catarina. Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com Transtorno Do Espectro Autista. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. p. 87-94.2019.
- CRUZ, Solange Aparecida Pacheco. Educação inclusiva e autismo: teoria e prática para o processo de alfabetização: Autismo. **Caderno Intersaberes**, v. 11, n. 32, p. 61-77, 2022.
- DE MELO MIRANDA, Beatriz et al. Desafios no processo de ensino/aprendizagem na alfabetização de uma criança com TEA. **Revista INTER EDUCA**, 2020.
- E SILVA, S. V. O. F.; SILVA, I. J. D. N.; MINDELO, E. C. D. S.; DE OLIVEIRA, K. S. F.; QUINTELA, M. I. S.; ALVES, M. D. C. S.; DE FREITAS, A. H.; COSTA, F. M. P. Tecnologias e metodologias no processo de alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista / Technologies and methodologies in the literacy process of children with autistic spectrum disorder. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 43096–43111, 2021.
- FRANÇA, F. A. C. ; RIBEIRO, F. A. A.; PEREIRA, Álvaro I. S. Aplicativos e alfabetização: recurso digital para crianças com Transtornos do Espectro Autista . **Revista INTER EDUCA**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 76–84, 2023.
- GOMES, Fernanda Siqueira Costa et al. O processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista na perspectiva de professores e analistas pedagógicos: um olhar psicopedagógico. **Revista Philologus** 2022.
- JESUÍNO, Mayara Tainá Faria. A alfabetização de criança autista: desafios e possibilidades. **Caderno Intersaberes**, v. 11, 2020.
- LIMA, Nara Raquel Cavalcanti. **Alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista: representações do professor**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- MONÇÃO, Julia Pinheiro; PERSCH, Hudson Carlos Avancini. O direito fundamental à saúde e o acesso a cannabis medicinal no brasil: a relevância da democratização para a lei nº 12.764/2012. **Cadernos de Pesquisa**, 2023.

MORAES, Bruna Kelly Miranda de; SOUZA, Jéssica Monteiro Carneiro de. **O processo de alfabetização das crianças com transtorno do espectro autista**. 2023.

PEIXOTO, Priscila de Andrade Barroso et al. 24. Alfabetização e letramento de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). **Revista Philologus**, v. 28, n. 84 Supl., p. 317-30, 2022.

PENTEADO, Isabela. O processo de alfabetização em crianças autistas. 2023.

PEREIRA, Deyliane Aparecida de Almeida; ALMEIDA, Angélica Leal de. Processos de adaptação de crianças Com Transtorno Do Espectro Autista à natação: um estudo comparativo. **Revista Educação Especial em Debate**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 79–91, 2019.

PEREIRA, Tailana Nogueira. Alfabetização e letramento de crianças com TEA: desafios e perspectiva da educação inclusiva no município de Candeias durante pandemia. **Cadernos de Pesquisa**, 2023.

PRAXEDES, L. C. .; CARVALHO, A. D. F. O processo de alfabetização de uma criança com Espectro Autista no ensino regular: um estudo exploratório. **REVISTA FACULDADE FAMEN | REFFEN | ISSN 2675-0589**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 140–153, 2021.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 805-805, 2007.

SILVA; Roberto Aguilar Machado Santos; VIÑAS; Suzana Portuguez. Autismo mente e cérebro – **O cérebro e o autismo**: o que a pesquisa do cérebro diz aos professores. Santo Ângelo, RS 2020.

SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Magda Becker. **Leitura e escrita**. 26ª Reunião Anual da ANPED, Poços de Caldas, 2003.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016.

UNESCO. **Conferência Internacional de EJA**. Alemanha, Hamburgo, 1999.